

Boletim

Nº 2.034 - Ano 45 - 1 de outubro de 2018

ESPERANÇA CONTRA A COLESTASE

Quadro clínico caracterizado pela dificuldade de drenagem da bile do fígado para o intestino, a colestase, responsável por um em cada 13 transplantes hepáticos, teve seu mecanismo descrito por pesquisadores do ICB e da Faculdade de Medicina. O estudo abre caminho para investigação de tratamentos, hoje inexistentes, e de alternativas para reverter a alta mortalidade de transplantados após a operação.

Páginas 4 e 5



Seminário na Faculdade de
Direito relembra 30 anos
da Constituição Federal

Página 3

O DESAFIO do SÉCULO 21

Marcos Fabrício Lopes da Silva*

Um legado que o século 20 deixou para o futuro é o reconhecimento político de que os direitos humanos são uma preocupação para toda a humanidade. São universais, indivisíveis e devem ser observados no mundo inteiro, de forma igualitária. Foram necessárias as catástrofes do Holocausto e da Segunda Guerra Mundial para se chegar a esse consenso.

Antes de 1948, muitas filosofias, ideologias e religiões de diferentes culturas já se preocupavam com o bem-estar da humanidade e com os diferentes conceitos de direitos – mesmo aquelas que justificavam anteriormente a existência de torturas, escravidão, mutilação e execução. No entanto, foi a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos que a comunidade internacional aceitou obrigações concretas de respeito e de dignidade, inerentes a cada pessoa, com especial ênfase na necessidade de erradicar a discriminação. Assim, a “linguagem dos direitos” tornou-se presente em muitas instâncias. Se a beleza do discurso fosse um fator determinante, a questão dos direitos humanos estaria consolidada. Mas não é o caso.

O maior desafio do século 21 continua sendo a implementação efetiva de direitos sociais, econômicos e culturais. Muitos falam da “hierarquia de direitos” – com os direitos civis e políticos ocupando o primeiro lugar, e o social, o cultural e o ambiental aparecendo com importância secundária. Essa não foi, de modo algum, a intenção daqueles que elaboraram a Declaração Universal, que vislumbraram, naquela época, todos os direitos como partes inseparáveis do todo. E ainda os consideram dessa forma. A urgência de desenvolver mecanismos efetivos de implementação de direitos sociais, econômicos e culturais é evidente. Mesmo no século 21, somos testemunhas da iniquidade entre os países, até mesmo entre regiões dentro de seus próprios territórios, com a crescente restrição do acesso a uma vida decente, à segurança alimentar, à educação, à saúde e aos programas sociais, assim como a diminuição das condições humanas básicas de dignidade.

O paradoxo consiste em fazer esforços pela construção de um edifício racional, objetivo e estável do conhecimento humano e posteriormente deixá-lo a serviço da irracionalidade, da destruição, do medo, da exploração do homem pelo homem e da ameaça de destruição total do ambiente. Ao ser perguntado sobre o grande acontecimento do século 20, Nelson Rodrigues respondeu à queima-roupa: “a ascensão dos cretinos”. A mediocridade no poder dá mostras de que ele estava certo, ao advertir que “antigamente, os idiotas raspavam na parede diante da consciência de sua inépcia. Mas, agora, os cretinos resolveram assumir o poder. Você sabe que para cada gênio existem milhares de idiotas. Hoje, se um idiota sobe em uma lata de querosene e faz um discurso estúpido, será ovacionado e seguido por milhares de imbecis”.

Podemos infelizmente atestar que a cretinice humana influiu mais em nossas vidas do que o sexo ou a economia. Sobre o tema em questão, o professor Ladislau Dowbor, em *Os novos espaços do conhecimento* (1994), narra que, terminada a última guerra mundial, foi encontrada, num campo de concentração nazista, a seguinte mensagem dirigida aos professores: “Prezado Professor, sou sobrevivente de um campo de concentração. Meus olhos viram o que nenhum homem deveria ver. Câmaras de gás construídas por engenheiros formados. Crianças envenenadas por médicos diplomados. Recém-nascidos mortos por enfermeiras treinadas. Mulheres e bebês fuzilados e queimados por graduados de colégios e universidades. Assim, tenho minhas suspeitas sobre a educação. Meu pedido é: ajude seus alunos a tornarem-se humanos. Seus esforços nunca deverão produzir monstros treinados ou psicopatas hábeis. Ler, escrever e aritmética só são importantes para fazer nossas crianças mais humanas. As tecnologias são importantes, mas apenas se soubermos utilizá-las. E saber utilizá-las não é apenas um problema técnico”.

Trata-se de uma louvável crítica ao fazer científico inserido dentro de uma metodo-

logia que se limita à descrição, classificação e generalização de fenômenos, ficando de fora de seus confins a análise valorativa do que é importante e do que não é, ou seja, a ética das ações. Cenários tenebrosos dessa natureza jogam uma pá de cal em qualquer confiança depositada em um futuro mais promissor. Minado o otimismo, reina o pessimismo na percepção da realidade. A respeito disso, a voz poética do fabuloso cantor canadense Leonard Cohen (1934-2016), na música *The future* (1992), já alertava:

“I’ve seen the nations rise and fall/I’ve heard their stories, heard them all/but love’s the only engine of survival/Your servant here, he has been told/to say it clear, to say it cold:/It’s over, it ain’t going/any further/And now the wheels of heaven stop/you feel the devil’s riding crop/Get ready for the future:/ it is murder”. (Tradução: “Eu vi nações subirem e descerem / Ouvi suas histórias, ouvi todas / mas o amor é o único mecanismo de sobrevivência / Seu servo aqui, ele tem sido dito / para falar claro, para falar frio: / Acabou, isso não está / progredindo / E agora as rodas do paraíso pararam / você sente o chicote do diabo / Prepare-se para o futuro: / é assassinato”).

Apesar do peso das violações de todos os tipos, existe um legado positivo dos direitos humanos para o século 21. Não exatamente sobre a abrangência, mas sobre o conceito. É o reconhecimento de que as pessoas são sujeitos ativos dos seus direitos – e não receptores passivos do governo ou das intervenções de propaganda e marketing. É conhecida a participação ativa dos cidadãos na busca de seus direitos e no reconhecimento de que soluções criativas podem ser encontradas, a diversidade deve ser respeitada, e os direitos sociais, econômicos e culturais devem ser concretos.

*** Professor da Faculdade JK, no Distrito Federal. Jornalista, formado pelo UniCEUB. Poeta. Doutor e mestre em Estudos Literários pela UFMG. Graduando em Letras pela UnB.**

Esta página é reservada a manifestações da comunidade universitária, por meio de artigos ou cartas. Para ser publicado, o texto deverá versar sobre assunto que envolva a Universidade e a comunidade, mas de enfoque não particularizado. Deverá ter de 5.000 a 5.500 caracteres (com espaços) e indicar o nome completo do autor, telefone ou correio eletrônico de contato. A publicação de réplicas ou tréplicas ficará a critério da redação. São de responsabilidade exclusiva de seus autores as opiniões expressas nos textos. Na falta destes, o BOLETIM encomenda textos ou reproduz artigos que possam estimular o debate sobre a universidade e a educação brasileira.

O que **CONSTITUÍMOS**?

Congresso na Faculdade de Direito vai discutir implicações, desafios e ameaças à Constituição Federal, que completa 30 anos de promulgação

Matheus Espíndola

No momento em que celebra seu trigésimo aniversário, a Constituição Federal (CF/88) “sofre ataques vindos de diversos lados”, na avaliação do professor Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito. “Embora tenham ocorrido outros movimentos, pode-se dizer que a articulação e a força das atuais investidas são inéditas”, comenta Cattoni, sobre a temática do congresso 1988 – 2018: *o que constituímos?*, que será realizado de 2 a 5 de outubro, na Unidade.

O professor lembra que, antes mesmo da promulgação da “Constituição Cidadã”, em 5 de outubro de 1988, existia uma crítica ao texto elaborado pela Assembleia Nacional Constituinte. “A Constituição nasceu como um espaço de luta política e social. Sua promulgação foi precedida da discussão sobre quem seriam seus autores, que forças a embasariam e que projetos de sociedade seriam levados em consideração. Toda essa disputa permanece até hoje”, observa ele, que é docente titular de Direito Constitucional e coordenador do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito.

O evento, do qual Marcelo Cattoni é um dos coordenadores, vai homenagear Menelick de Carvalho Netto, ex-aluno e ex-professor da UFMG, uma das principais referências no campo do Direito Constitucional brasileiro. Além da apresentação de trabalhos e lançamentos de livros e revistas, a programação inclui conferências e painéis sobre diversos temas. Representação política, resistência às ameaças de retrocesso, refundação da democracia, ativismo judicial e a própria obra de Menelick de Carvalho Netto serão alguns dos assuntos abordados.

Participação popular

Sobre a trajetória de elaboração do texto constitucional, ao longo dos anos de 1987 e 1988, Cattoni destaca o fato de ter sido “a mais participativa da história do Brasil”. Como lembra o professor, diferentemente do que ocorreu em processos constituintes anteriores, o teor da CF/88 não foi fundamentado em um projeto do poder executivo. “O texto foi embasado em audiências públicas realizadas em todo o país, contou com aporte de emendas populares e assinaturas. Setores organizados que representavam a população foram mobilizados. Tudo foi debatido, disputado e votado, artigo a artigo”, salienta.

Por outro lado, alguns grupos conservadores posicionaram-se contrariamente à nova Carta, a qual julgavam ser “excessivamente extensa, analítica e ingovernável”. “Os constituintes buscaram representar um projeto de sociedade sustentado nas lutas políticas pela democracia e pela justiça social. Mas os opositores alegavam que o texto era irrealista, fruto de uma composição de forças políticas e sociais datadas”, diz o professor.

Desconstituínte

Marcelo Cattoni menciona alguns acontecimentos políticos recentes que, em sua visão, caracterizam a atual onda de ameaças aos ideais democráticos consagrados pela CF. É o caso da Emenda à Constituição (EC 95), promulgada no fim de 2016, que estabelece um teto para os gastos públicos por 20 anos. “Trata-se de um enorme retrocesso”, avalia o professor.

Proposta pelo atual governo como alternativa para reequilibrar as contas públicas, a EC 95, no entendimento de Cattoni, é deletéria para o país porque pretende congelar investimentos nas áreas de saúde



Sessão no Congresso Nacional que promulgou a Constituição de 1988

e educação, afetando a capacidade do Estado de cumprir compromissos sociais que a própria Constituição estabelece. “É, portanto, mais do que inconstitucional, é uma emenda *desconstituínte*”, define.

Cattoni também lembrou que recentemente um candidato a vice-presidente sugeriu a elaboração de nova Constituição sem participação popular. “Ao longo dos últimos 30 anos, houve várias tentativas de restringir direitos fundamentais e regredir em relação a uma série de conquistas. Felizmente, nenhuma dessas propostas foi vitoriosa no Congresso Nacional”, observa o professor.

O homenageado

O professor Menelick de Carvalho Netto, que vai ministrar a conferência de encerramento do evento (*A tensão entre memória e esquecimento nos 30 anos da Constituição de 1988*), concluiu, em 1990, o doutorado em Direito na UFMG, onde foi professor de 1991 a 2006.

Atualmente, leciona na Universidade de Brasília (UnB), com ênfase nas áreas de Direito Constitucional e Teoria do Direito. “Menelick de Carvalho Netto participou ativamente, na UFMG, de uma série de iniciativas acadêmicas importantes, tanto no ensino como na pesquisa e na extensão. Durante o período em que aqui atuou, formou vários professores e contribuiu para a consolidação de uma escola de pensamento no Direito Constitucional brasileiro”, observa Cattoni.

Congresso 1988 – 2018: o que constituímos?

Data: 2 a 5 de outubro de 2018

Local: Faculdade de Direito da UFMG (Avenida João Pinheiro, 100)

Coordenação: professores Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira e David F. L. Gomes

Informações: www.congresso19882018.com.br

COLESTASE DECIFRADA

Estudo translacional descreve mecanismo de quadro clínico que dificulta a drenagem da bile para o fígado e para o qual não há tratamento

Ana Rita Araújo

Um em cada 13 transplantes hepáticos resulta de necessidade imposta pela colestase, condição clínica que dificulta a drenagem da bile do fígado para o intestino e para a qual não há tratamento. A descoberta do mecanismo que a provoca abre promissoras vias de investigação e está descrita em artigo publicado na *Hepatology*, uma das maiores revistas da área.

Produzido por pesquisadores do Liver Center, da UFMG, com colaboração de equipe da Universidade de Yale (EUA), o trabalho inova também porque tem caráter translacional, isto é, abrange desde a ciência básica até a aplicação prática, na clínica médica. Pela UFMG, assinam o artigo pesquisadores de três programas de pós-graduação e professores do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) e da Faculdade de Medicina.

De acordo com a professora Maria de Fátima Leite, coordenadora do Liver Center, o trabalho tem grande relevância na clínica, pois possibilita entender a forma como a inflamação que ocorre em casos de hepatite alcoólica e de infecções, como a sepse, leva à colestase.

“O reconhecimento de como a inflamação se correlaciona com a colestase pode propiciar, além de tratamento com antimicrobianos, o estabelecimento de algum tipo de terapia capaz de reverter a alta mortalidade de no pós-operatório dos transplantados de

fígado”, comenta o professor Cristiano Xavier Lima, também autor do trabalho e cirurgião de transplantes hepáticos. Ele explica que infecções associadas à colestase estão entre as principais causas de morte de pacientes nos 30 primeiros dias após a intervenção cirúrgica. Outra autora do artigo, a professora Paula Vieira Teixeira Vidigal, explica que a equipe trabalhou em modelo de sepse, condição que leva à colestase em cerca de 30% dos casos.

Mecanismos

A equipe descobriu que o Fator Nuclear Kappa B (NF- κ B), fator de transcrição relacionado ao processo inflamatório, ao ser ativado nos colangiócitos (células do ducto biliar), provoca a diminuição da expressão de um receptor de liberação intracelular de cálcio – o Inositol Trisfosfato do tipo 3 (ITPR3) –, desregulando a via que controla a secreção da bile. Sempre que há um processo inflamatório, o NF- κ B se ativa e interfere na expressão de genes no núcleo das células. “Descobrimos que, após a estimulação do receptor Toll-like do tipo 4 (TLR4), o NF- κ B é ativado e migra para o núcleo, reduzindo a expressão do canal de cálcio e, consequentemente, a secreção de fluidos e eletrólitos, que são componentes da bile”, explica o doutorando Antônio Carlos Melo. Segundo ele, antes desse trabalho, não se conhecia o

mecanismo pelo qual ocorre colestase em casos de endotoxinas aumentadas, como sepse e hepatite alcoólica.

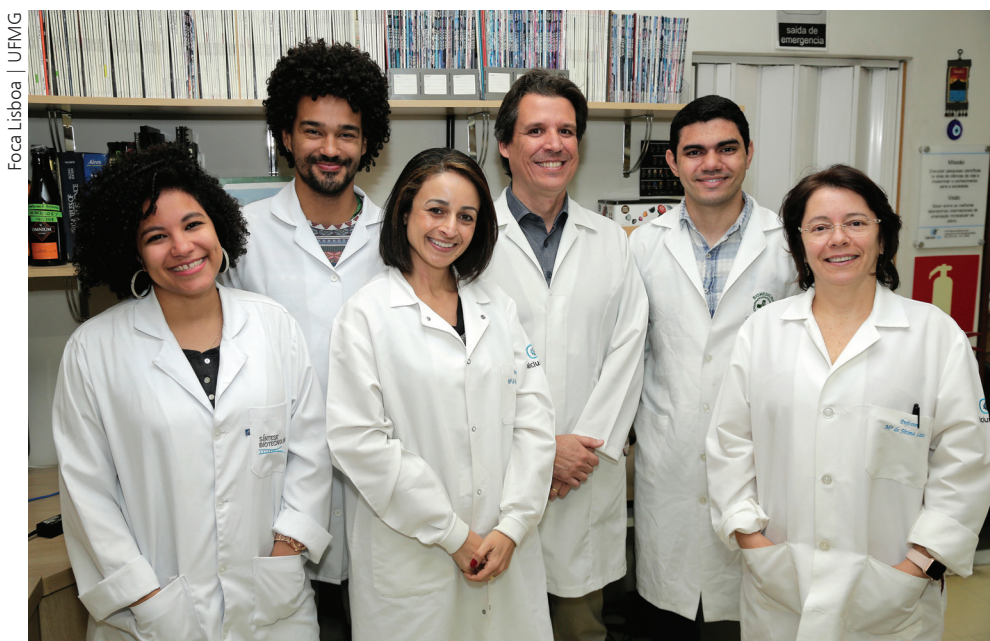
O trabalho também propõe uma mudança de paradigma na estratégia de tratamento da colestase, uma vez que apresenta como principal alvo terapêutico os colangiócitos, células que compõem apenas cerca de 10% do fígado, mas que têm importante papel na composição final da bile, destaca Maria de Fátima Leite. A professora lembra que a equipe conseguiu reverter experimentalmente a sinalização que leva à secreção de bicarbonato e restabelecer o fluxo normal de bile.

Para elucidar a questão, a equipe fez uma série de estudos em células, em modelo animal e com amostras humanas de pacientes diagnosticados com colestase associada à hepatite alcoólica ou à sepse. “O que torna esse trabalho completo é exatamente o caráter translacional, pois abrange tanto o estudo celular e molecular, quanto o modelo animal, para que os nossos achados sejam validados. Esses experimentos, por sua vez, são confirmados em amostras de pacientes”, descreve a doutoranda Andressa França.

Paula Vidigal acrescenta que a pesquisa empregou uma variedade de técnicas sofisticadas, tanto de imagens quanto de biologia celular. “O trabalho é muito minucioso, tecnicamente muito bem feito, com todas as evidências sendo validadas de várias maneiras”, enfatiza. Na opinião de Fátima Leite, a facilidade que a equipe encontrou para publicar o artigo em revista de alto impacto reforça que o trabalho “está muito robusto, com informações muito seguras, por causa da qualidade e do cuidado nos controles e na repetição dos experimentos, por técnicas diferentes”.

União de esforços

A professora Paula Vidigal comenta que os integrantes da equipe têm em comum o interesse por doenças hepáticas, “mas cada um com um olhar diferente”. Por isso, buscaram responder a questões nos níveis molecular, celular e na aplicação clínica, o que ampliou a capacidade de alcançar respostas com uma repercussão melhor para o paciente. Paula destaca que, na UFMG, há muitos profissionais fortemente capacitados na área, mas que trabalhavam individualmente e hoje estão no Liver Center, “que



A partir da esquerda: Andressa França, Marcone Loyola, Paula Vidigal, Cristiano Lima, Antônio Carlos Melo e Maria de Fátima Leite

reúne competências em doenças hepáticas e em divulgação do conhecimento”.

Cristiano Xavier relata que a equipe do Liver Center “fez uma proposição para a Universidade de Yale, que tinha um trabalho na mesma linha, e os conhecimentos se complementaram. Em sua opinião, isso demonstra “a maturidade da internacionalização da pesquisa na UFMG, com grande aplicabilidade e um grande efeito no ensino”.

O reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo Liver Center também vem por meio de convites para participar da organização de simpósios e mesas em eventos. No ano que vem, integrantes do grupo vão discutir sua pesquisa translacional em congresso internacional de cirurgia hepato-pancreática. “Isso mostra que existe uma demanda na Medicina para que os médicos entendam melhor a ciência básica e para que a área básica se aproxime mais da realidade médica, e daí surja um conhecimento muito maior”, pondera Cristiano Xavier, que afirma ser essa “uma das grandes repercussões da união do grupo, porque nossa palavra chega a setores que antes não a ouviam”.

Associação com outras doenças

A colestase ocorre não apenas em situações de infecção, mas também associada a outras enfermidades do fígado, e pode evoluir para um quadro crônico, que é muito agressivo para os hepatócitos, pois causa lesão permanente nas células, podendo levar à cirrose hepática. “Alguns pacientes com colestase crônica usam medicamentos que apenas melhoram a fluidez da bile, mas não interferem no mecanismo de formação dessa condição”, afirma Paula Vidigal. “Com essa pesquisa, podemos estar abrindo uma porta para tratar a colestase em várias situações, demanda muito importante na hepatologia”, comenta a professora.

Artigo: *Effects of endotoxin on type 3 inositol 1,4,5-trisphosphate receptor in human cholangiocytes*

Autores: Andressa França, Antônio Carlos Melo Lima Filho, Marcene Loiola dos Santos, Cristiano Xavier Lima, Paula Vieira Teixeira Vidigal, Maria de Fátima Leite, Mateus Guerra, Jittima Weerachayaphorn, Basile Njei, Marie Robert, Jesus M. Banales, Meenakshisundaram Ananthanarayanam e Michael H. Nathanson

Publicado em <https://aasldpubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/hep.30228>

[Deu no ufmg.br](http://Deu.no.ufmg.br)

INSETOS que ALIMENTAM

Pesquisadores de Montes Claros produzem espécies em cativeiro e buscam linhagens para melhorar disponibilidade de nutrientes

Amanda Lelis

A inclusão de farinha de insetos na dieta de camundongos é eficaz na redução da desnutrição e da obesidade, segundo indica uma série de pesquisas que estão sendo realizadas no Instituto de Ciências Agrárias (ICA), em Montes Claros. Os estudos também buscam definir protocolo de produção de insetos em cativeiro, para alimentação animal e humana.

Os pesquisadores envolvidos no trabalho defendem que insetos são fonte de proteína alternativa às tradicionalmente utilizadas, pois aliam elevada oferta de nutrientes com sustentabilidade produtiva. “Insetos podem gerar proteína de alta qualidade nutricional com resíduos orgânicos de baixo valor agregado. Também consomem menos água e menos energia, além de emitirem menos gases de efeito estufa que outros animais de produção comumente utilizados na alimentação humana”, afirma o zootecnista e professor do ICA Diego Vicente da Costa.

Os resultados da pesquisa demonstraram a eficácia da inclusão de farinha de insetos na dieta de aves, peixes, cães, gatos e camundongos, sendo os últimos o principal modelo animal para estudos de nutrição humana. “Utilizamos dois modelos: camundongos obesos e desnutridos. Os obesos emagreceram, e os desnutridos engordaram. Parece haver algum componente na farinha de insetos que modula o metabolismo desses animais”, observa o professor. O trabalho sugere que insetos podem ser usados no combate à desnutrição humana e controle de doenças metabólicas, como a obesidade.

O grupo de pesquisadores está desenvolvendo em cativeiro a produção de insetos como grilos, tenébrios, que são um tipo de besouro, e barata cinérea, espécie que difere da barata doméstica. Para a produção industrial em larga escala, é necessário protocolo que oriente as melhores práticas de criação e manejo dos animais, a fim de assegurar produtividade e segurança alimentar.

Os resultados dos estudos podem dar suporte técnico e científico à regulamentação do uso de insetos na alimentação humana ou animal. “O produtor poderá se beneficiar do estabelecimento e da adequação dos processos de produção dos insetos em cativeiro, em conformidade com os regulamentos técnicos que devem ser criados. O consumidor, por sua vez, terá a garantia de um produto de alta qualidade nutricional e sanitária”, ressalta Diego Costa. Parte dos estudos é realizada em parceria com a Universidade Federal de Lavras.

Componentes alimentares

A pesquisa busca linhagens melhoradas dos insetos e maneiras de aperfeiçoar a disponibilidade de nutrientes desses animais, com o intuito de ofertar produtos ricos para o metabolismo animal e humano. Outra frente do estudo avalia quais componentes alimentares podem ser extraídos dos insetos a fim de serem utilizados separadamente como suplementos ou aditivos.

“Após a etapa de produção dos insetos, vamos processar a farinha obtida com o auxílio da biotecnologia. A partir desse ponto, diversos componentes poderão ser extraídos e isolados, como proteínas, prebióticos e óleos”, explica Junio Cota, também professor do ICA e integrante do grupo de pesquisa.

[Matéria publicada no Portal UFMG, em 21/9/2018]



Tenébrios produzidos em cativeiro

Amanda Lelis | UFMG

MUSEUS em REDE

Dirigentes de coleções universitárias reúnem-se na UFMG para discutir políticas de gestão e preservação do patrimônio

Teresa Sanches

A UFMG sediará, de 8 a 11 de outubro, no campus Pampulha, a quinta edição do Fórum Permanente de Museus Universitários, que pretende, após 12 anos, propor a reestruturação das bases organizacionais do trabalho em rede e delinear diretrizes para uma política de preservação do patrimônio universitário. O evento ocorre sob os impactos do incêndio que destruiu o Museu Nacional e da edição da Medida Provisória 850, que institui a Agência Brasileira de Museus (Abram), em substituição ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

Participam do Fórum, que integra a programação da Semana do Conhecimento, representantes de universidades de todas as regiões do país, dirigentes de redes de museus universitários dos EUA e da União Europeia e dos membros dos comitês internacionais de Museus Universitários e de Formação de Pessoal. As inscrições podem ser realizadas no site do evento: www.ufmg.br/rededemuseus/forum2018/.

Segundo a diretora da Rede de Museus da UFMG, professora Letícia Julião, que também participa da comissão organizadora do evento, as novas diretrizes da política de trabalho do Fórum devem contemplar gestão, salvaguarda, comunicação e atuação em rede. "São questões importantes e legítimas que hoje nos parecem inadiáveis, uma vez que, após a tragédia sem precedentes do Museu Nacional, houve a edição da Medida Provisória 850, que extingue o Ibram, o que põe em risco as políticas museológicas conquistadas ao longo de 15 anos", lamenta.

Trabalhar em rede, na avaliação da professora da Escola de Ciência da Informação, traz vantagens e valores não proporcionados pela atuação isolada. "O trabalho em rede confere identidade às instituições, muitas vezes invisibilizadas. As redes geram fluxos dinâmicos e horizontais de informações, conexões e trocas de experiências", argumenta Letícia.

As redes também potencializam o emprego de recursos para preservação do patrimônio dos museus. "Elas favorecem a

construção de políticas, o estabelecimento de parâmetros de gestão de acervo e de riscos e a implementação de projetos de documentação museológica comuns ou de reserva técnica unificadas", enumera a professora. Para ela, o desafio "é criar uma pauta comum equilibrada, sem ferir autonomias e diferenças, pois as redes funcionam como instância democrática, que pode e deve se aliar aos órgãos gestores da cultura e educação".

Patrimônio desconhecido

Para as universidades públicas, a identificação do patrimônio científico e cultural que deve ser preservado é o maior desafio, na opinião da professora. Coleções e objetos de caráter científico ainda não incorporados aos museus e centros de memória correm o risco de ser descartados por falta de identificação. "Com a expansão dos cursos de Museologia (de dois para 14, após o Reuni), observa-se o esforço de algumas universidades, inclusive da UFMG, para mapear e documentar esse patrimônio museológico. A limitação de recursos financeiros e pessoal especializado é um tópico fundamental e inadiável na discussão de uma política de preservação do patrimônio científico e cultural, cuja solução não poderá, absolutamente, ferir a autonomia da universidade brasileira", afirma.

Criada em 2000, a Rede de Museus da UFMG reúne 21 espaços, cuja diversidade tipológica de acervos atesta a própria natureza universitária dos processos que dão origem a suas coleções. Mais de 90% dos espaços estão abertos à visitação pública, e pouco mais da metade deles oferecem serviço educativo. Mais de 80% organizam exposições de longa duração, e 65%, de curta duração.

200 anos do Museu Nacional

A primeira atividade do Fórum é uma palestra sobre a formação de profissionais de museus na América Latina, que será ministrada pela professora Tereza Scheiner, da Unirio, no dia 8, a partir das 18h, no CAD 2, no campus Pampulha.

Na abertura oficial, terça-feira, 9, a professora Margaret Lopes, da Universidade de Brasília, vai relembrar os 200 anos do Museu Nacional: *trajetória do patrimônio científico no Brasil*. A conferência terá início às 10h, no auditório 104-A do Centro de Atividades Didáticas (CAD2). À noite, às 19h, haverá uma entrevista pública sobre o Fórum Permanente de Museus Universitários.

No dia 10, durante todo o dia, no mesmo auditório, haverá debate sobre as experiências internacionais de redes de museus universitários. No último dia, o Fórum será sediado no Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, onde haverá debate sobre a gestão dos museus universitários e apresentação de diagnóstico das instituições por região. Os grupos de trabalho formularão proposições e diretrizes que serão apreciadas em plenária.

O encerramento do evento será às 17h, com a palestra da presidente do Comitê Internacional para Museus e Coleções Universitárias (Umac), Marta Lourenço, que é professora da Universidade de Lisboa.

A programação detalhada do Fórum está disponível em <https://bit.ly/2xDYBqu>.

Foca Lisboa | UFMG



Réplica de esqueleto de animal em exposição no Museu de História Natural

CENTRO PEDAGÓGICO

Termina no dia 11 deste mês o período de inscrições, exclusivamente pela internet, no processo seletivo 2019 do Centro Pedagógico (CP), para ingresso no 1º ano do ensino fundamental. Há também vagas para o 4º ano, com seleção aberta até 16 de novembro. As informações completas podem ser encontradas na página do CP (<https://bit.ly/2OOG8yc>)

VESTIBULAR DE HABILIDADES

Termina nesta sexta-feira, 5, o prazo para pedido de isenção de taxa de inscrição ao Vestibular de Habilidades UFMG 2019. Os editais referentes ao processo seletivo e à isenção estão disponíveis no site da Copeve UFMG (<https://bit.ly/2MS0d5K>). O Vestibular de Habilidades é aplicado aos candidatos dos cursos de graduação em Artes Visuais, Cinema de Animação e Artes Digitais, Dança – Licenciatura, Design de Moda, Música Bacharelado, Música Licenciatura e Teatro.

As inscrições deverão ser feitas exclusivamente pela internet, de 7 de novembro a 14 de dezembro. Para concorrer às vagas, os candidatos deverão, obrigatoriamente, ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em 2018.

FESTIVAL REPÚBLICA DA COREIA

Nos dias 4 e 5 de outubro, a Embaixada da República da Coreia no Brasil promove, no auditório da Reitoria, o Festival República da Coreia – Política, cultura e educação. O evento visa fortalecer os laços entre os dois países e difundir a cultura do país asiático.

A programação do festival é composta de palestras, exibição de filmes, apresentação artística, exposição de fotos e atividades culturais. No dia 4, às 11h30, o embaixador Kyong Lim Choi ministrará palestra sobre a atual conjuntura da península coreana. À tarde, o Centro Educacional Coreano divulgará informações sobre educação e oportunidades de estudos. A UFMG mantém convênio com sete universidades sul-coreanas e envia anualmente alunos de diversas áreas para intercâmbio no país.



Giovana Carraro | UFMG

Detalhe da identidade visual da Semana de Saúde Mental realizada no primeiro semestre

COMISSÃO DE SAÚDE MENTAL

A UFMG instituiu, por meio de portaria, a Comissão Permanente de Saúde Mental, que vai implantar medidas e acompanhar iniciativas diversas, segundo princípios e diretrizes definidos pelo relatório final da Comissão Institucional de Saúde Mental (Cisme).

A reitora Sandra Regina Goulart Almeida explica que a comissão é resultado de reflexões que vêm sendo feitas na Universidade nos últimos anos e tem o objetivo de se constituir em fórum permanente para a formulação de ações relacionadas à saúde mental, como a acolhida dos estudantes e servidores e a implementação de políticas.

“Temos consciência de que situações relacionadas à universidade podem contribuir para o adoecimento de pessoas com predisposição ou que já enfrentam outros problemas”, diz o vice-reitor Alessandro Fernandes Moreira, presidente da comissão. “Estamos atentos e empenhados em construir as melhores soluções para essa questão, a começar pela melhoria da convivência na UFMG, sob todos os aspectos”, completa.

A política de saúde mental da UFMG segue princípios como os da Universidade inclusiva e solidária, do protagonismo das pessoas com experiência de sofrimento mental e do respeito à vida e aos valores éticos da convivência humana.

O TEMPO E A ARTE

Obras dos artistas Patricia Franca-Huchet, Nina Aragón, Gladston Costa e José Lara integram a exposição coletiva Tempo Outro Mesmo Tempo, aberta à visitação até 28 de outubro, no Centro Cultural UFMG, sempre de terça a sexta-feira, das 10h às 21h, e sábados e domingos, das 10h às 18h. A entrada é gratuita.

Os artistas propõem elaborar a noção de tempo por meio de suas práticas calcadas na subjetividade. Tempo histórico, tempo presente, tempo da erosão e do desgaste, tempo das narrativas, tempo do agora e tempo revoltado foram as figuras escolhidas para a exposição.

PROJETOS DE ENSINO NO LATTES

Professores, estudantes e servidores técnico-administrativos agora podem incluir, na aba “Projetos” do Currículo Lattes, suas contribuições para aperfeiçoar o ensino. A abrangência da plataforma, administrada pelo CNPq, foi ampliada com o objetivo de refletir a realidade das universidades, que está fundamentada na tríade ensino, pesquisa e extensão.

A construção do ensino por meio de projetos é parte das orientações metodológicas de várias áreas, pois propicia a educadores e pesquisadores estimular o engajamento dos alunos na produção de conhecimento escolar, formando professores mais reflexivos e estudantes mais questionadores, dispostos a investigar a realidade e a se envolverem mais diretamente no universo científico.

“A mudança constitui avanço importante para dar visibilidade às iniciativas de docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos que propõem abordagens pedagógicas inovadoras no cotidiano do ensino universitário e não encontravam a mesma visibilidade reservada aos projetos de pesquisa e extensão”, opina a professora Maria José Flores, diretora de Inovação e Metodologias de Ensino (GIZ) da Pró-reitoria de Graduação (Prograd).

CORES AMAZÔNICAS

Rodrigo Vivas, da Belas Artes, revela a arte de Raimundo Canavarro, pintor de placas que retratou o imaginário da região com toque de surrealismo

Itamar Rigueira Jr.

O professor Rodrigo Vivas, da Escola de Belas Artes, tem-se dedicado ao estudo de obras dos acervos mineiros, e uma de suas preocupações é identificar e investigar artistas que não chegam ao conhecimento do público. Recentemente, deparou com um quadro em recuperação no Centro de Conservação e Restauração (Cecor) da UFMG, e a descoberta provocou impacto suficiente para levá-lo a Porto Velho, Rondônia.

Vivas foi em busca de informações sobre o artista e a obra, e a longa viagem de pesquisa resultou no livro *Arte como vocação – Raimundo Coutinho Canavarro* (edição do autor). Canavarro (1934-2013), que sustentava a família como pintor de placas e cartazes, começou a estudar manuais encontrados em sebos e igrejas e produziu seus primeiros quadros, inicialmente usando as tintas de que dispunha para seu ofício cotidiano.

“A hipótese com que trabalho no livro é a de que Canavarro atualiza, a seu modo, a estética dos tratados dos séculos 17 e 18. Ele usa frequentemente o recurso do agigantamento, para isolar o objeto ao qual quer dar destaque. É uma das técnicas da ilustração científica”, explica Rodrigo Vivas. “Seus grandes temas, não mais que cinco ou seis, estão ligados ao imaginário e à iconografia da Amazônia. Ele criou um padrão visual que se espalhou por toda a cidade desde a década de 1960. Há quem, até hoje, reproduza o que ele fez, como ocorre com outros artistas pelo Brasil.”

De acordo com o pesquisador, ao mesmo tempo em que se assumia como artista, Raimundo Canavarro criou uma forma de utilização cromática rara, sem misturas. “Como se fosse inspirado por mestres como Matisse

e Van Gogh, ele usava campos de cor, ou seja, chegava às formas dos objetos com as próprias cores, sem os traços do desenho prévio. É possível inferir que esse talento veio dos gestos sem erros do trabalho com placas”, afirma Vivas, que é mestre em História da Cultura pela UFMG e doutor em História da Arte pela Unicamp.

Arte popular

Com apoio de Allan Canavarro, filho do artista, Rodrigo Vivas entrou em contato com pessoas que trabalharam com ele e fez um levantamento das obras espalhadas por casas, restaurantes e outros espaços de Porto Velho. Pesquisou a arte local, com base em pouquíssima informação disponível.

No livro, Vivas aborda temas como a urgência de estudar os artistas brasileiros, o conceito de paisagem na história da arte e como Canavarro se insere nesse discurso, assim como as características da obra do pintor autodidata. “Seu trabalho tem conexões fortes com a arte popular e habita um universo cromático particular, já que ele utilizava pigmentos extraídos de plantas da Amazônia para fabricar as tintas”, conta o pesquisador. Canavarro, acrescenta Vivas, produziu paisagens sem o intuito de copiar, criou seres inspirados no imaginário e flertou com uma estética próxima ao surrealismo. Muitas vezes, pintou quadros que eram reproduções de obras suas, com pequenas diferenças.

Rodrigo Vivas, diretor de Ação Cultural da UFMG, defende que é fundamental conhecer obras como a de Raimundo Canavarro para entender o que é a arte brasileira.



Renovusvitae (2001, óleo sobre tela, 59 x 79 cm): estética do agigantamento

“Quero mostrar que existe no país uma produção que não segue o cânone europeu. O artista brasileiro ainda é julgado com base no cânone e não é valorizado.”

O autor ressalta que o artista é um trabalhador, e o mito da genialidade, além de não coincidir com a realidade, cria um distanciamento indesejável. Um dos objetivos do seu livro, reforça Vivas, é reconhecer o talento de artistas que não têm visibilidade. “Esses artistas devem passar a ser julgados pela combinação de dois elementos: as ferramentas de que dispõem e os resultados que alcançam”, defende.

Livro: *Arte como vocação – Raimundo Coutinho Canavarro*

Autor: Rodrigo Vivas

Edição do autor

207 páginas / R\$ 30

Distribuição gratuita para instituições
(rodvivas@gmail.com)